

COMERCIAL MINEIRA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

COMERCIAL MINEIRA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
Comercial Mineira S.A.  
Contagem - MG

### Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Comercial Mineira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Comercial Mineira S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

#### Ausência de apresentação de demonstrações consolidadas

A Administração da Companhia não apresentou as demonstrações consolidadas em 31 de dezembro de 2023, bem como os saldos comparativos consolidados em 2022, conforme determina o CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 a controlada "Center Trading Indústria e Comércio S.A." passível de consolidação.

#### Investimentos não auditados

Conforme Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui registrado na rubrica "Provisão para perda em Investimentos", no passivo não circulante, o montante de R\$ 212.258 mil em 31 de dezembro de 2023. Contudo, as demonstrações contábeis da Controlada "Center Trading Indústria e Comércio S.A." referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Consequentemente, não temos como opinar e por isso não opinamos sobre tal saldo, assim como os possíveis efeitos que poderiam trazer sobre o resultado e a posição patrimonial e financeira da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

#### Ausência de revisão da vida útil

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha registrado na rubrica "Imobilizado" o valor de R\$ 31.392 mil, conforme Nota Explicativa nº 11, referente a bens destinados a sua atividade operacional.". Entretanto a Administração não avaliou a vida útil econômica estimada de cada componente, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e não realizou os procedimentos pertinentes aos testes de recuperabilidade (impairment). Desta forma, em que pese termos conseguido validar as principais adições e baixas do período auditado, verificando a documentação suporte e correta contabilização, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos do ativo imobilizado, das despesas de depreciação e da depreciação acumulada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## Ausência recolhimento de IOF em operação de mútuo

A Companhia não tem como prática o cálculo e registro de encargos financeiros e tributos sobre as operações de mútuo. Em 25 de outubro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu as análises sobre recursos envolvendo o tema e tratou como jurisprudência a incidência de tributos sobre as transações de Pessoas Jurídicas com Pessoas Físicas. Em razão da ausência de reconhecimento de registro contábil de encargos tributários sobre operações de mútuo, não nos foi possível, nas circunstâncias opinar sobre os possíveis efeitos que poderiam trazer sobre o resultado e a posição patrimonial e financeira da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a Companhia vem apresentando sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos exercícios, aumentando o grau de endividamento e patrimônio líquido negativo de R\$ 160.783 mil, em 31 de dezembro de 2023. A Administração da Companhia está desenvolvendo ações para a superação das atuais dificuldades operacionais. Dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do estudo de rentabilidade futura. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 1º de julho de 2024.

# COMERCIAL MINEIRA S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido negativo			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	690	2.913	Fornecedores		900	965
Contas a receber de clientes	5	952	1.793	Empréstimos e financiamentos	12	14.405	4.914
Estoques	6	8.559	8.719	Arrendamento - Direito de uso	13	205	189
Impostos a recuperar	7	346	235	Obrigações trabalhistas e tributárias		2.228	2.303
Outros ativos circulantes	8	1.681	6.128	Provisão para perda em investimentos	10	212.258	138.729
		<u>12.228</u>	<u>19.788</u>	Outros passivos circulantes		616	791
						<u>230.612</u>	<u>147.891</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Partes relacionadas	9 a)	158.854	207.014	Empréstimos e financiamentos	12	21.497	45.682
Depósitos judiciais	14	85	188	Obrigações trabalhistas e tributárias		54	108
Débitos por incentivos fiscais		381	381	Arrendamento - Direito de uso	13	2.102	2.332
Outros ativos não circulantes		4	25.582	Partes relacionadas	9 b)	109.307	98.901
Títulos de renda variável		43	43	Contingências	14	9.185	8.745
Ativo biológico		8.864	9.487	Debêntures	15	-	36.464
		<u>168.231</u>	<u>242.695</u>	Tributos diferidos		-	4.147
				Outros passivos não circulantes		32	31
						<u>142.177</u>	<u>196.410</u>
				<b>Patrimônio líquido negativo</b>			
Investimentos	10	1	65	Capital social	16	100	100
Imobilizado	11	31.392	29.017	Ajustes de avaliação patrimonial		297	297
Intangível		154	201	Ágio na participação de sócio		(2.736)	(2.736)
		<u>31.547</u>	<u>29.283</u>	Ajuste na conversão da moeda		631	631
				Outros resultados abrangentes		18.422	18.422
				Prejuízo acumulado		(177.497)	(69.249)
						<u>(160.783)</u>	<u>(52.535)</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>212.006</u></u>	<u><u>291.766</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido negativo</b>		<u><u>212.006</u></u>	<u><u>291.766</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# COMERCIAL MINEIRA S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas	17	14.974	20.813
Custo das vendas		(11.067)	(10.898)
Lucro bruto		3.907	9.915
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(33.858)	(28.899)
Resultado com equivalência patrimonial		(73.594)	(9.926)
Despesas tributárias	19	(743)	(1.337)
Outras (despesas)/receitas operacionais	20	5.723	60.236
		(102.472)	20.074
Resultado operacional antes das despesas financeiras, líquidas		(98.565)	29.989
Receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	21	3.273	309
Despesas financeiras	21	(17.103)	(14.801)
		(13.830)	(14.492)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(112.395)	15.497
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos			
Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos		4.147	234
		4.147	234
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(108.248)	15.731

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# COMERCIAL MINEIRA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	<u>(108.248)</u>	<u>15.731</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u><u>(108.248)</u></u>	<u><u>15.731</u></u>

---

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

---

# COMERCIAL MINEIRA S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido negativo (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Ágio na participação de sócio	Ajuste na conversão da moeda	Outros Resultados Abrangentes	(Prejuízos)/lucros líquidos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	102.028	297	(2.736)	631	18.422	(425.876)	(307.234)
Absorção de AFAC com prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	237.375	237.375
Redução de capital com cancelamento de ações	(103.521)	-	-	-	-	103.521	-
Integralização de capital	1.593	-	-	-	-	-	1.593
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.731	15.731
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100	297	(2.736)	631	18.422	(69.249)	(52.535)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(108.248)	(108.248)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100	297	(2.736)	631	18.422	(177.497)	(160.783)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

# COMERCIAL MINEIRA S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(108.248)	15.731
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação e amortização	1.727	1.430
Valor residual do ativo permanente baixado	111	4.905
Resultado de equivalência patrimonial	73.594	9.926
(Reversão)/constituição de provisão para contingências	440	7.601
(Reversão)/constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	122	16
Provisão para Impostos de renda e contribuição social diferidos	(4.147)	(234)
	<u>(36.401)</u>	<u>39.375</u>
(Aumento)/ redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	719	(693)
Estoques	160	905
Impostos a recuperar	(111)	478
Títulos de renda variável	-	13
Outros ativos	30.128	(3.538)
	<u>30.896</u>	<u>(2.835)</u>
Redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(65)	(808)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(129)	704
Outros passivos	(174)	(585)
	<u>(368)</u>	<u>(689)</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(5.873)</u>	<u>35.851</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Ativo biológico	623	633
Investimentos	(1)	157.070
Ativo imobilizado	(4.288)	(15.563)
Intangível	-	(193)
Caixa líquido (aplicado)/ gerado nas atividades de investimentos	<u>(3.666)</u>	<u>141.947</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	1.593
Adiantamento para futuro aumento de capital, recebido	-	(1.739)
Empréstimos e financiamentos, líquidos	(14.694)	(14.754)
Debêntures	(36.464)	5.492
Juros sobre arrendamento - direito de uso	209	93
Pagamento de arrendamento por direito de uso	(301)	(252)
Partes relacionadas, líquidas	58.566	(168.151)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>7.316</u>	<u>(177.718)</u>
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.223)</u>	<u>80</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.913	2.833
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	690	2.913
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.223)</u>	<u>80</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Comercial Mineira S.A. foi constituída em 1958, na forma de sociedade anônima, estando sediada no município de Belo Horizonte/MG. Tendo como objeto social a participação em outras empresas, na qualidade de quotista ou acionista, além de atuar na área de agricultura produzindo grãos, dentre eles , milho, soja e feijão.

A companhia é acionista da Brasfrigo S.A. com participação de 19,75% e Center Trading, com participação 89,41%.

Em 2022 foi realizado reestruturação societária na Comercial Mineira, envolvendo algumas empresas do Grupo BMG com a finalidade de planejamento sucessório. A reestruturação societária consistiu em uma estratégia de transmissão do patrimônio do acionista majoritário, Flávio Pentagna Guimarães aos seus herdeiros e empresas coligadas e controladas da forma mais otimizada possível do ponto de vista legal e fiscal, e respaldada nas leis aplicáveis e governança corporativa do Grupo Empresarial BMG, prevalecendo a segurança jurídica. As participações societárias e os mútuos foram cedidos para a empresa RAJ Participações S.A.

A Comercial Mineira apresentou sucessivos e relevantes prejuízos nos últimos exercícios, isto porque apesar das atividades agrícolas apresentarem resultado positivo, os lucros foram absorvidos pelos prejuízos apresentados nas demais investidas (controladas ou Holding) nos últimos exercícios e pelos custos da Holding.

Com a reestruturação societária, a Comercial Mineira almeja melhora nos resultados, uma vez que grande parte do prejuízo acumulado é oriundo de resultados negativos das investidas.

O grupo garante os recursos necessários à manutenção das operações da Companhia e a intenção da continuidade da mesma.

## 2. Bases de preparação

### a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, as normas dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

A Diretoria autorizou a conclusão da elaboração e aprovou as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 em 01 de julho de 2024.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos a despesa de venda;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia por se tratar do principal ambiente econômico em que atua. Todas as informações financeiras apresentadas foram expressas em Reais, exceto se indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis estão de acordo com as normas exigidas pelo CPC, no que tange que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 5: contas a receber de clientes (provisão para perdas);
- Nota Explicativa nº 6: estoques (provisão para perdas);
- Nota Explicativa nº 11: imobilizado (depreciação);
- Nota Explicativa nº 10: investimentos (provisão para perdas em investimentos);
- Nota Explicativa nº 14: provisões para passivos contingentes.

### 3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### 3.1. Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- Passivo financeiro designado como proteção (hedge) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (hedge) é efetiva;
- Uma proteção (hedge) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

##### (i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ela transfere o direito ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber de clientes, títulos de renda variável e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras e partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

### Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente por opção da Companhia, e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

Ações preferenciais são classificadas no passivo como instrumento financeiro de dívida se forem resgatáveis em uma data específica, ou quando a opção de resgate está com detentor do título, ou se o pagamento de dividendos não for discricionário. Nestes casos, os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

### 3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Os riscos envolvendo essas transações estão apresentados na nota explicativa 23.

### 3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, reduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 180 dias, quanto a: i) justificativa do cliente para o atraso; ii) renegociação e/ou parcelamento do título; iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

### 3.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas. O custo dos ativos biológicos após colheita é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

### 3.6. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os ativos biológicos compreendem as plantações de milho grão, soja e feijão.

Como o valor justo destes ativos deve ser facilmente determinado, eles são inicialmente reconhecidos e subseqüentemente avaliados ao valor justo menos as despesas com vendas. Por ocasião da colheita, a soja, milho, feijão são reconhecidos em "Estoques" pelo valor justo menos as despesas de venda e não mais remensuradas.

### 3.7. Investimentos

Representados por participações em empresas controladas e coligadas, sendo avaliadas pela equivalência patrimonial nos balanços encerrados, com base nos percentuais de participação da Companhia. As demonstrações contábeis das empresas investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da investidora, e, quando necessários, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com aquelas praticadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações contábeis da investidora, a Administração determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos existentes. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado da investidora.

### 3.8. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis a aquisição da propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída internamente inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

### 3.9. Imobilizado

#### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

(ii) O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes à ganhos ou perdas decorrentes de hedges de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### (iii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos que serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### (iv) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- Instalações: 10% ao ano;
- Máquinas e equipamentos: 10% ao ano;
- Veículos: 20 % ao ano;
- Móveis e utensílios: 10% ao ano;
- Computadores e periféricos: 20% ao ano.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

### 3.10. Ativos intangíveis

#### (i) Software

Os softwares são demonstrados pelo custo histórico menos amortização e perdas por impairment acumuladas.

Os softwares são considerados como tendo vida útil definida. A vida útil de um ativo intangível é avaliada periodicamente, sendo amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico.

A amortização de bens do intangível é calculada pelo método linear que leva em consideração a vida útil-econômica, que é estimada como segue:

- Software: 20% ao ano.

### 3.11. Redução ao valor recuperável

#### (i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

#### (ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferido ativo, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou UGCs. Sujeito ao limite do segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de tal forma que o nível no qual o teste de redução ao valor recuperável é realizado reflita o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado á UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### 3.12. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos.

### 3.13. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

### 3.14. Receita operacional

#### (i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de madeira e papel, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo transportador localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos. Para a venda de gado, a transferência ocorre mediante o recebimento pelo cliente.

(ii) Prestação de serviços

A receita com a prestação de serviços é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de elaboração das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência às pesquisas de trabalhos realizados. Quando serviços incluídos um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a contraprestação de receitas é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

(iii) Comissões

Quando o Grupo atua na qualidade de um agente, ao invés de um principal, em uma transação, a receita reconhecida é o valor líquido da comissão recebida pelo Grupo.

(iv) Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como outras receitas.

3.15. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora) e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação diferidas, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e contraprestações contingentes e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

### 3.16. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência dos exercícios e considera:

- (i) As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculadas de acordo com as normas do Regulamento do Imposto de Renda;
- (ii) As receitas, custos e despesas são apropriados de acordo com o regime de competência dos exercícios. Considera ainda nos reconhecimentos de receitas a extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e suas investidas, quando possa ser mensurada de forma confiável, sendo creditada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

### 3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício.

#### (i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias:

- Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível;
- Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensurados ao valor justo, a presunção que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperada por venda não foi refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

(iii) Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas e podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros.

Novas informações podem se tornar disponíveis, o que levaria o Grupo a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações da provisão impactarão a despesa com imposto de renda no exercício em que forem realizadas.

3.18. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

(ii) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos é baseado no preço de mercado dos volumes comercializados, líquidos dos custos.

(iii) Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Os valores justos de contas a receber e outros recebíveis, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Contas a receber de curto prazo que não são sujeitos a correção de juros são mensurados ao valor original da fatura se o efeito de desconto a valor presente não é material. O valor justo é determinado na data de reconhecimento e, para fins de divulgação, na data base das demonstrações contábeis.

(iv) Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração.

Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Empresa. A Empresa efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Empresa, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Empresa.

ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (*Organisation for Economic Co-operation and Development* - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do *Pillar Two*.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do *Pillar Two*.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo *Pillar Two*, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo *Pillar Two*. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do *Pillar Two*.

A Administração determinou que a Empresa não está dentro do escopo das *Pillar Two Model Rules* da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

- d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Empresa.

- 3.20 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos dos caixas e equivalentes de caixa estão representados pelos valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em renda fixa (DI).

	2023	2022
Caixa	6	9
Bancos - conta corrente	683	1.182
Aplicações financeiras	1	1.722
Total	<u>690</u>	<u>2.913</u>

Ademais o Grupo mantém aplicações financeiras junto ao Banco BMG.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e à análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros está divulgada na Nota Explicativa nº 23.

5. Contas a receber de clientes

Composto por créditos a receber na venda de produtos no mercado interno, sendo reconhecidos em resultado de acordo com a competência dos valores, em conformidade aos critérios mencionados na nota 3.4. Com base na expectativa de recebimento dos montantes envolvidos, a Administração efetivou provisão para perdas nos saldos recebíveis, em valor julgado suficiente para fazer face aos riscos inerentes de não realização nos mesmos. Os saldo constantes em clientes estão assim representados:

	2023	2022
Duplicatas a receber	996	1.958
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44)	(165)
Total	<u>952</u>	<u>1.793</u>

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e a outras contas, é divulgada na Nota Explicativa nº 23.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

Classificação por vencimentos:

	2023	2022
A vencer	844	1.261
Vencidos até 30 dias	44	106
Vencidos entre 31 a 120 dias	59	-
Vencidos entre 121 e 180 dias	5	426
Vencidos acima de 361 dias	44	165
	<u>996</u>	<u>1.958</u>

Movimentação da provisão para devedores duvidosos no ano:

	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(149)
(-) Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17
Constituição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(165)</u>
(-) Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	157
Constituição de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36)
(=) Saldo atual - 31 de dezembro de 2023	<u>(44)</u>

6. Estoques

Constituído por produtos agrícolas, soja e milho. Todos os itens existentes estão mensurados pelo custo de aquisição ou produção.

	2023	2022
Matéria prima e produtos auxiliares	1.805	1.953
Produtos em processo	3.562	3.689
Produtos agrícolas	1.367	792
Estoque em poder de terceiros	64	379
Outros estoques	1.761	1.906
Total	<u>8.559</u>	<u>8.719</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

## 7. Impostos a recuperar

Saldos registrados referem-se a impostos a recuperar do ano corrente e de exercícios passados, o saldo de impostos a restituir está apontado pelo valor nominal na data de encerramento do exercício.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ	59	42
COFINS à recuperar	46	13
PIS à recuperar	10	3
ICMS à recuperar	56	2
Outros impostos	175	175
Total	<u>346</u>	<u>235</u>

## 8. Outros ativos circulantes

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamentos a funcionários	56	53
Adiantamentos a fornecedores	197	52
JCP a receber	-	604
Outros valores a receber	1	4.000
Despesas antecipadas e outros	1.427	1.419
Total	<u>1.681</u>	<u>6.128</u>

## 9. Partes relacionadas

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.145/08, que aprova a NBC T 17, e CPC 05 (R1) e correspondentes (IAS 24), a Administração faz divulgação sobre partes relacionadas, informando que:

O Grupo adota política de remuneração ao pessoal chave da administração que inclui seus Diretores executivos e não executivos, Conselho de Administração e todos os administradores da Companhia.

## Ativo não circulante

- a) As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades

Corresponde à saldos realizados de mútuos celebrados junto a empresas e pessoas ligadas, bem como com terceiros, com a remuneração dos valores históricos com base nos juros acordados nos respectivos contratos, e apuração e registro dos encargos devidos de IOF - Imposto sobre Operações Financeiras sobre os montantes envolvidos, quando aplicável.

## COMERCIAL MINEIRA S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Empresa, foram realizadas em condições acordadas entre as partes envolvidas, e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Os saldos de transações com partes relacionadas em 31 de dezembro, estão assim representados:

	2023	2022
CSMG Administradora de Seguros Ltda.	108.179	166.180
EGL Empreendimentos Gerais Ltda.	18.843	17.950
Center Trading Indústria e Comércio S.A.	7.465	4.563
Brasfrigo S.A.	6.071	1.579
RARA Intermediação de Negócios	4.080	1.800
Ricardo Annes Guimarães	3.624	3.624
São Mateus Agropécuaria S.A.	2.469	-
BMG Uptech Desenvolvimento Tecnológico Ltda	2.440	4.720
Terra e Empreendimentos Ltda - EPP	2.287	2.287
Empresa Agrícola São Cristovão	1.450	-
Theo Peixoto Braga	657	657
Holding Belvedere Ltda.	665	215
PF Participações Ltda.	595	182
Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participaçã	15	905
Lafaiete Empreendimentos e Participações Ltda.	13	8
FG Participações Ltda	1	-
COEMP Comércio e Empreendimentos Imobiliários Ltda	-	1.180
Marcos Vinicius Fernandes Vieira	-	675
Banco BMG S.A.	-	416
Empresa Agrícola Santa Rita	-	73
Total	<u>158.854</u>	<u>207.014</u>

#### Passivo não circulante

- b) As operações com Empresas associadas decorrem de fornecimentos de mútuos para financiamentos necessários a suas atividades

	2023	2022
Marketing Delivery Ltda.	49.524	40.956
RAJ Participações S.A.	19.256	-
Flávio Pentagna Guimarães	14.716	20.109
BMG Participações S.A.	14.113	9.479
Cia. Agrícola Santa Clara	5.510	700
COEMP Comércio Empreendimentos S.A	4.601	-
Empresa Agrícola São Gabriel Ltda.	846	5.600
São Mateus Agropécuaria S.A.	741	15.730
Brasfrigo S.A.	-	5.141
Empresa Agrícola São Cristovão Ltda.	-	591
CS MG Adm. Seguros Ltda.	-	595
Total	<u>109.307</u>	<u>98.901</u>

COMERCIAL MINEIRA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

10. Investimentos

Apresentamos a seguir as principais informações relacionadas aos investimentos da Companhia:

	Participação %	2023	2022
Brasfrigo S.A.	100,00%	-	64
Expocaccer - Cooperativa Cafeicultores do Cerrado Ltda.		1	1
Total investimentos - Ativo		<u>1</u>	<u>65</u>
Provisão para perda em investimentos			
Brasfrigo S.A.	12,94%	2.555	-
Center Trading Indústria e Comércio S.A	89,41%	209.703	138.729
Total provisão para perda em investimentos - Passivo		<u>212.258</u>	<u>138.729</u>

COMERCIAL MINEIRA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Imobilizado

O ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia e está demonstrado como segue:

	Terrenos	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Imobilizações em andamento	Direito de uso	Outras	Total
Custo ou avaliação								
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.976	4.492	1.803	3.901	1.432	1.828	2.590	19.022
Aquisição	-	-	428	110	10.774	2.595	2.423	16.330
Depreciação	-	(105)	(319)	(513)	-	(115)	(378)	(1.430)
Baixa	-	-	-	-	(81)	(1.828)	(16)	(1.925)
Transferências/ Apropriações	-	-	-	-	(1.430)	-	(1.550)	(2.980)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.976	4.387	1.912	3.498	10.695	2.480	3.069	29.017
Custo total	2.976	5.626	9.416	9.122	10.695	2.595	9.063	49.493
Depreciação acumulada	-	(1.239)	(7.504)	(5.624)	-	(115)	(5.994)	(20.476)
Valor contábil	2.976	4.387	1.912	3.498	10.695	2.480	3.069	29.017
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.976	4.387	1.912	3.498	10.695	2.480	3.069	29.017
Aquisição	-	-	56	89	3.452	-	691	4.288
Depreciação	-	(104)	(313)	(506)	-	(273)	(484)	(1.680)
Baixa líquida	-	-	-	(1)	(159)	(27)	(46)	(233)
Ajuste	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	65	(222)	-	157	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.976	4.283	1.655	3.145	13.766	2.180	3.387	31.392
Custo total	2.976	5.626	9.472	9.275	13.766	2.567	9.802	53.484
Depreciação acumulada	-	(1.343)	(7.817)	(6.130)	-	(387)	(6.415)	(22.092)
Valor contábil	2.976	4.283	1.655	3.145	13.766	2.180	3.387	31.392
Taxas anuais de depreciação - %		4%	4%	10%	20%	10 à 33%	10 à 20%	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

## 12. Empréstimos e financiamentos

Valores contratados junto a instituições financeiras, tendo como finalidade a aquisição de bens ao Imobilizado de uso e captação de recursos para capital de giro, demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos de juros contratados, incorridos até o encerramento do exercício.

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão assim representados:

	2023	2022
Empréstimos para capital de giro	35.902	50.596
Total	<u>35.902</u>	<u>50.596</u>
Circulante	14.405	4.914
Não circulante	21.497	45.682

Os empréstimos bancários vencem até 2026, com juros prefixados conforme o contato firmado junto à instituição financeira.

Referência	Tipo Correção
Capital de giro	CDI + 4,03% a.a.

Os empréstimos bancários são garantidos por fiança e aval dos sócios e não há covenants.

## 13. Arrendamento - direito de uso

Os saldos de arrendamento - direito de uso estão assim demonstrados:

	2023	2022
Saldo inicial	2.521	1.913
Baixas/Adições	(122)	767
Juros do exercício	209	93
Pagamentos realizados	(301)	(252)
Passivo de arrendamento em 31 de dezembro	<u>2.307</u>	<u>2.521</u>
Circulante	205	189
Não Circulante	2.102	2.332

#### 14. Contingências e depósitos judiciais

Uma contingência é reconhecida em nosso balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas com nossos assessores legais e consultores jurídicos internos.

A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas e tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu em 31 de dezembro de 2023, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável no valor de R\$ 9.185 mil (R\$ 8.745 mil em 2022).

A administração da companhia, por meio de opinião dos seus assessores jurídicos estima a probabilidade de perda como provável. Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

Assim demonstramos a seguir as provisões constituídas, segregadas por tipo de processo:

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, sendo em 2023 R\$ 85 mil (R\$ 188 mil em 2022).

A Companhia tem processos em andamento de natureza tributária, trabalhista e cível nas esferas judicial e administrativa com probabilidade de perda possível, que representam demandas passivas no montante estimado de R\$ 64.019mil em 31 de dezembro de 2023 (68.459 mil em 2022).

#### 15. Debêntures

Os saldos da Rubrica “Debêntures” estão assim demonstrados nas datas do balanço:

	2023	2022
Associação Assistencial Família Bandeirantes	-	36.464
Total	-	36.464

COMERCIAL MINEIRA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

16. Patrimônio líquido negativo

O capital social de R\$ 100 mil (cem mil reais) é dividido em 100.000 (cem mil) ações ordinárias sem valor nominal.

	Quantidade de ações	Participação R\$	Participação (%)
Flávio Pentagna Guimarães	99.900	99	99,00%
FG Participações Ltda	100	1	1,00%
Total	<u>100.000</u>	<u>100</u>	<u>100%</u>

17. Receita líquida de vendas

As receitas são representadas por vendas de produtos agrícolas tais como feijão, soja e milho, no mercado interno.

	2023	2022
Venda no mercado nacional	14.695	20.709
Serviços de colheita	440	458
Revenda no mercado nacional	58	102
Impostos incidentes s/ vendas e serviços	(217)	(456)
Vendas canceladas	(2)	-
Total	<u>14.974</u>	<u>20.813</u>

18. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Despesas com pessoal	(17.631)	(14.492)
Serviços de terceiros	(8.962)	(9.585)
Perdas diversas	(943)	(642)
Viagens e estadias	(773)	(773)
Despesas com material consumo	(653)	(291)
Outras despesas gerais	(4.896)	(3.116)
Total	<u>(33.858)</u>	<u>(28.899)</u>

19. Despesas tributárias

	2023	2022
IPTU	(269)	(212)
COFINS s/ outras receitas	(242)	(602)
PIS s/ outras receitas	(45)	(131)
ICMS	(1)	(250)
Outros impostos e taxas	(186)	(142)
Total	<u>(743)</u>	<u>(1.337)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Outras receitas/(despesas) operacionais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas eventuais	1.339	7.121
Reversão de provisões	1.158	36.248
Alienação de ativo permante	-	12.874
Recuperação de despesas	107	9.148
Provisão para contingências	(990)	(8.020)
Outras receitas operacionais	4.109	2.865
Total	<u>5.723</u>	<u>60.236</u>

21. Receitas/(despesas) financeiras, líquidas

O resultado financeiro líquido está assim representado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	2.903	5
Variação cambial e monetária ativa	195	116
Juros ativos	114	8
Rendimentos de aplicação financeira	58	180
Juros s/ capital próprio	3	-
	<u>3.273</u>	<u>309</u>
Despesas financeiras		
Juros	(13.228)	(14.666)
Outras despesas financiras	(3.875)	(135)
	<u>(17.103)</u>	<u>(14.801)</u>
	<u>(13.830)</u>	<u>(14.492)</u>

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, para compensação de acordo com o limite de 30% do lucro tributável de cada exercício.

Em virtude de incertezas quanto ao prazo de recuperação dos referidos créditos e à falta de histórico de lucratividade, a Companhia optou, conservadoramente, por não constituir imposto de renda diferido conforme CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

As declarações de rendimentos da Empresa estão sujeitas à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitos a essas condições, conforme legislação e prazos de prescrição aplicáveis.

## 23. Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

### a) Estrutura de gerenciamento de risco

A Diretoria tem a responsabilidade para o estabelecimento da supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Estrutura de gerenciamento de risco e definição das estratégias é sempre definida em conjunto com o Controlador da Companhia. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

### b) Risco de crédito

Risco e crédito é risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um contrato de financiamento de projetos sociais, ou de uma contraparte de um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros, tem nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro dos parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

d) Riscos financeiros

É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinados instrumentos financeiros oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. A Companhia gerencia o risco de mercado com o objetivo de garantir que ela esteja exposta somente a níveis considerados aceitáveis de risco dentro do contexto de suas operações.

e) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente atreladas às variações do CDI, TJLP e IGPM, nas aplicações financeiras em reais citada na nota explicativa nº 4, empréstimos e financiamentos na Nota Explicativa nº 12 e nas duplicatas a receber de clientes em reais conforme citados na nota explicativa número 5.

24. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia avalia a necessidade de contratação ou não de coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de exame pela auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico.

Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Valores expressos em milhares de Reais)

---

A partir de 1º de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro.

A Empresa ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

---

Ricardo Annes Guimarães  
Diretor

---

Vanilce dos Santos Oliveira  
Contador CRC 091.646/O-0